



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

PROCESSO: 13.449/2018

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Nº 114/2018

O Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, no uso de suas atribuições, com base legal na Lei Municipal nº 3.596/2002, Lei Municipal nº 3.717/2004, Decreto Municipal nº 3.372/2017 e Deliberação Normativa nº 213/2017, por meio do Secretário Municipal de Meio Ambiente, LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA do empreendimento FAZENDA BARRA DO SALITRE, LUGAR DENOMINADO RECIFE – MATRÍCULA 23.360, empreendedor IRACY MARLI SILVA RECIFE, CPF: 863.167.706-00, para atividades: CULTURAS ANUAIS, SEMIPERENES E PERENES, SILVICULTURA E CULTIVOS AGROSSILVIPASTORIS, EXCETO HORTICULTURA, sob o código G-01-03-1, localizado no município de PATROCÍNIO, no estado de Minas Gerais, em conformidade com normas ambientais vigentes, acompanhado de Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, partes integrantes desta autorização.

Validade 5 (anos), com vencimento em 20/11/2023.

PATROCÍNIO, 20 de Novembro de 2018.

ANTÔNIO GERALDO DE OLIVEIRA
Presidente CODEMA

Está autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condicionantes

Item	Descrição	Prazo
01	Retificação do CAR incluindo todas as áreas remanescentes de vegetação nativa no imóvel como Reserva Legal, além da área de 0,2 hectares sugerida pela consultora ambiental para compensação ambiental.	45 dias
02	Construção de fossa séptica em todas as casas de colonos de acordo com a ABNT NBR 7229/1993.	45 dias
03	Realizar Plano Técnico de Reconstituição da Flora, das áreas de Reserva Legal desprovida de vegetação, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART para o plantio das 210 mudas de espécies nativas.	180 dias após supressão